

A edição de número 72 do *Boletim Mercado de Trabalho (BMT): conjuntura e análise* contém o tradicional texto de *Análise do mercado de trabalho*, além de incluir as seções *Notas técnicas*, *Política em foco*, e *Economia solidária e políticas públicas*.

O texto de *Análise do mercado de trabalho* destaca movimentos nos principais indicadores para o primeiro e segundo trimestres de 2021 (a depender da disponibilidade da informação). Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged e Novo Caged). É possível ressaltar que, apesar de as taxas de desocupação e informalidade registrarem patamares elevados, nota-se o ritmo de recuperação da população ocupada nos últimos meses, a ponto de reduzir a taxa de desemprego mesmo em um cenário de recuperação da taxa de participação. De acordo com a PNAD Contínua, após atingir 15,1% em março, a taxa de desocupação recuou para 13,7% em junho. No entanto, esse avanço da população ocupada vem ocorrendo em setores que empregam relativamente mais mão de obra informal.

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram queda de 6,6% no segundo trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre de 2020, intensificando uma retração iniciada no trimestre terminado em abril. Da mesma forma, os rendimentos efetivos apresentaram queda de 2,2% no primeiro trimestre de 2021, evidenciando o recrudescimento da pandemia sobre a renda efetiva.

Além da análise conjuntural do mercado de trabalho, este número do BMT traz contribuições adicionais organizadas em três seções.

A seção *Notas técnicas* conta com cinco textos. No primeiro deles, *Emprego doméstico no Brasil: transições em contextos de crises*, os autores Joana Costa, Felipe Mendonça Russo, Guilherme Hirata e Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, por meio dos dados da PNAD Contínua, analisam a evolução do emprego doméstico e suas transições para a inatividade e o desemprego entre 2012 e 2021. O período selecionado compreende as últimas recessões econômicas brasileiras, tanto aquela iniciada em 2014 quanto a associada à pandemia de covid-19, buscando compreender o que ocorre com o trabalho doméstico em tais contextos recessivos.

No segundo texto da seção, *Gênero, trabalho remoto e trabalho reprodutivo não remunerado no Brasil durante a pandemia de covid-19*, as autoras Lygia Sabbag Fares, Ana Luíza Matos de Oliveira e Lílian Nogueira Rolim discutem a divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira e as consequências do trabalho remoto para as mulheres. A partir de dados de um questionário respondido por 455 pessoas durante o distanciamento social no Brasil, entre 26 de maio e 15 de junho de 2020, verifica-se, diante do aumento do trabalho doméstico e de cuidados, como se deu a divisão entre os gêneros para aqueles que fizeram trabalho remoto (contrastando-os com aqueles que não realizaram esse tipo de trabalho).

A nota técnica *Perfil dos dirigentes de estabelecimento da agricultura familiar: uma comparação entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017*, de autoria de Alexandre Arbex Valadares, tem como objetivo registrar as diferenças verificadas, entre os Censos 2006 e 2017, no perfil das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários, com ênfase especial no universo da agricultura familiar. Iniciando pelos dados de idade e sexo, e pela condição do produtor dirigente em relação ao estabelecimento, o estudo aborda, ainda, os quadros regional e fundiário a partir do perfil desses produtores, para delinear um panorama comparativo entre os censos.

Elizabeth Belo Hypólito e Denise Britz do Nascimento Silva, no texto *Análise do uso do informante proxy na PNAD Contínua*, pretendem ampliar o conhecimento sobre o uso de entrevistas indiretas na PNAD Contínua – isto é, quando um informante *proxy* responde às perguntas do questionário em nome da pessoa selecionada. Além dos microdados da própria PNAD Contínua dos segundo e terceiro trimestres de 2017, as pesquisadoras obtiveram autorização para acesso a dados individualizados não desidentificados da pesquisa, com o propósito de analisar a taxa de *proxy* da pesquisa e compreender seus impactos sobre a qualidade dos dados coletados.

O último texto da seção, *Diferencial salarial público-privado contribui para a desigualdade de renda?*, de Joana Costa, Fernando Gaiger Silveira, Bruna de Souza Azevedo e Sandro Sacchet de Carvalho, tem como objetivo mensurar qual a contribuição do prêmio salarial no setor público para a desigualdade da renda domiciliar *per capita* por intermédio dos microdados da PNAD Contínua 2019. Os autores também investigam o quão diferente é a posição do servidor público nos estratos da distribuição de renda em relação a outras ocupações.

A seção *Política em foco* possui dois textos. Em *Uma avaliação de impacto do Programa de Geração de Emprego e Renda sobre o emprego, a folha salarial e as demissões sem justa causa no setor formal brasileiro: síntese dos principais resultados*, Carlos Henrique Corseuil, Miguel N. Foguel e Felipe Russo apresentam a síntese de uma avaliação de impacto do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), a qual foi encomendada pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP). Buscou-se analisar o nível de emprego, a folha salarial e as demissões sem justa causa, concatenando dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) com informações de gestão do programa sobre os empréstimos concedidos a empresas que tomaram crédito somente uma vez entre 2009 e 2017.

O segundo texto da seção, *Caracterização socioeconômica de beneficiários do Abono Salarial no Brasil*, de autoria de Sandro Pereira Silva, Fábio Waltenberg, Marcela Nogueira Ferrario e Filipe Guedes Soares, tem como propósito traçar o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Abono Salarial, a partir de características pessoais, profissionais, setoriais e regionais disponíveis. Os dados foram tabulados a partir de duas bases nacionais: a Rais, para o ano de 2018; e a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2017 e 2018.

Esta edição do boletim é encerrada pela seção *Economia solidária e políticas públicas*, que traz quatro artigos. Regilane Fernandes da Silva, no texto *Bases de serviço de comercialização para a agricultura familiar e economia solidária: contribuições para estratégias de Ater na promoção de*

*territórios rurais sustentáveis*, propõe-se a analisar os processos de interação entre as organizações dos agricultores e as novas propostas de assistência técnica e extensão rural (Ater), a partir das bases de serviço de comercialização (BSCs), com vistas ao acesso e/ou construção de mercados por parte da agricultura familiar. Para tanto, a análise foi realizada a partir do estudo de caso do território da Borborema, no estado da Paraíba, entre 2007 e 2011.

No segundo texto, *Análise situacional dos empreendimentos de economia solidária beneficiários do projeto Economia Solidária do Rio Grande do Norte*, Inaê Naiara Lopes Marques de Oliveira, Josiane Bezerra Tibúrcio Mendes, Lidianne Freire de Jesus, Marcejane Tomaz de Brito e Raianny Priscilla de Sousa Santiago descrevem o projeto *Economia Solidária do Rio Grande do Norte* – convênio entre os governos federal e estadual – que visa incentivar a autogestão dos grupos de produção no estado. Os autores traçam com detalhes o perfil dos beneficiários e dos empreendimentos favorecidos por tal política.

O terceiro artigo da seção, *As cooperativas no Brasil em 2017*, de autoria de Clician do Couto Oliveira e Dione Conceição de Oliveira, trata dos elementos de conceituação formal e dos padrões de preenchimento das informações solicitadas pela Rais, buscando mapear as potencialidades e limitações como fonte de estatísticas, a partir das recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, são apresentadas a tipologia e as estatísticas para cooperativas, com base nas Estatísticas do Cadastro de Empresas (Cempre) do IBGE, que contemplam os números de cooperativas, cooperativados e pessoas formalmente assalariadas, como também o tamanho das unidades produtoras em termos de pessoal ocupado, localização e atividades a que se dedicam.

O último texto da edição, *A internacionalização da economia social e solidária no âmbito da Organização das Nações Unidas: uma breve retrospectiva*, de Leandro Pereira Morais, busca realizar um registro da inserção da temática concernente à economia social e solidária (ESS) no âmbito das Nações Unidas, iniciando-se pela experiência pioneira das ações e atividades realizadas pela OIT. O artigo apresenta uma retrospectiva histórica da contribuição da OIT para o campo da ESS, com foco nas suas academias internacionais, além de abordar a construção político-diplomática da Força Tarefa das Nações Unidas para a ESS.